



FEDERAÇÃO OPERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL – FOERGS

Antenor Adorne Filho
Rafael Molina

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto da criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS. Analisando a greve de outubro de 1906, a consciência de Classe presente no Movimento Operário e quais foram as bases para fomentação das lutas trabalhistas no Rio Grande do Sul.

Palavras Chaves: Federação Operária do Rio Grande do Sul. Greve. Porto Alegre.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o contexto da criação da Federação Operária no Rio Grande do Sul (FORGS), a greve em outubro de 1906, que durou vinte e um dias. Pontuaremos os seguintes aspectos destacando: o campo de ação social e político que ocorre a greve; e a criação da federação operária. Pretendemos alcançar nosso objetivo a partir da análise da obra “Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário – (Porto Alegre 1906 – 1911), de Isabel Bilhões, o contexto social e político que levou a fundação FORGS”.

Entretanto contextualizaremos uma análise do movimento operário no Brasil, para entendermos o processo que levou a greve e a fundação da FORGS. O movimento operário do proletariado brasileiro, por suas condições é marcado por algumas peculiaridades. Uma delas é a desigualdade do desenvolvimento regional, mas não deixam de ser significativas.

A prática da greve, a organização dos sindicatos e associações na busca de melhorar as condições de trabalho, regular as horas trabalhadas e as datas de pagamento dos salários, descanso semanal leva o trabalhador a se organizar. Trouxe graves prejuízos ao patronato, tanto política como econômica. E a luta desperta o movimento operário, para organização.

Surge o Comitê de Defesa do Proletariado, após greve dos gráficos de São Paulo, despertando a consciência e organização das massas exploradas no Brasil. O que levou os trabalhadores a buscarem direitos mais amplos na melhora de situações e interesses, que se chocava com os patrões, em todo Brasil.

No Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, surge a Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS, o trabalhador via seus poucos direitos individuais serem surrupiados pela sociedade capitalista, através da “propriedade privada e da exploração do braço do trabalhador”, o trabalhador era visto como uma engrenagem de suas fábricas e indústrias e lhes eram tirados os direitos de ter aspiração e uma vida melhor. Foi através da união que estes trabalhadores viram seus direitos respeitados, sendo eles detentores e conscientes desses direitos, puderam reivindicar o direito de gozar os seus benefícios, esta emancipação foi obra do próprio trabalhador.

Com a Capital em greve o Governo do Estado, não dá a devida importância tratando-a com descaso, pronunciando-se através do seu periódico oficial, acalmando e garantindo acesso de um aparato policial para que aqueles que quisessem trabalhar não fossem agredidos.

Na festa do dia do trabalho é publicado nos principais jornais de circulação da época e no periódico do Governo do Estado exaltando convivência harmoniosa dos operários e seus patrões, e que causaria inveja às indústrias mais desenvolvidas da Europa. No transcorrer do movimento os argumentos oficiais mudam e Porto Alegre perde status de grande centro industrial, e o Governo usa argumentos repressivos a fim de acabar com o movimento e dissuadir os operários do equívoco do movimento desde sua origem.

O Governo argumenta que, Porto Alegre não possui ainda uma indústria ou proletariado capaz de justificar um movimento grevista, o Governo procurará demonstrar que essa greve não passa de um movimento organizado por desordeiros que, vindos de fora da cidade, irão semear a “peste da luta de classes” (BILHÕES p.46 – 1999)

Com passar dos dias o movimento grevista passa ter adesão de outras categorias, os patrões realizam uma primeira reunião no dia 05 de outubro, a fim de dar um tratamento coletivo às reivindicações, sob a coordenação de Alberto Bins, deliberam carga horária de trabalho em 9 horas por dia, contrária às 8 horas pleiteadas pelos grevistas, e acertam criação da Sociedade dos Industrialistas formada por: industrialistas, comerciantes e empreiteiros.

Neste mesmo dia os operários reunidos tomam decisão de fundar uma entidade que viesse fortalecer o movimento e suas reivindicações, é criada Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS. A proposta da carga horária de trabalho apresentada pelos patrões é rejeitada pelos operários que se mantêm em greve, os patrões ignoram decisão abrem seus estabelecimentos na expectativa do retorno de seus empregados, o que não se concretiza. Acontece uma nova reunião dos industrialistas sob liderança de Alberto Bins no dia 14 de outubro, alguns operários formulam nova proposta de 8.45 horas de trabalho diário, os

industrialistas rejeitam a proposta, alegando que seria humilhante, após vários acontecimentos desagradáveis ocorridos entre eles e os grevistas. Mas não há coesão entre os patrões e alguns aceitam às 8 horas diárias de trabalho, comerciantes que aderiram não cumpre acertado, ocorrem novos protestos.

Após estes acontecimentos os industrialistas representados por Alberto Bins, abandonam a tentativa de acordo coletiva, justificando que a Federação dos Industrialistas não está constituída oficialmente, deixam de negociar com representantes da FORGS, orientando cada grevista negociar com seus patrões.

Mas o movimento operário porto-alegrense não tem uma corrente de pensamento homogêneo suas lideranças estão divididas internamente, refletida nos rumos das negociações com a classe patronal, ora se chocam, ora se coligam, as disputas pelo poder de direção da FORGS, que acaba de ser fundada, onde atuam três grupos formadores do movimento operariado brasileiro e via de regra do movimento operariado porto-alegrense: os anarquistas, os anarco-sindicalistas e os socialistas.

A autora destaca que mais importante que todas estas diferenças entre as lideranças operárias e suas questões teóricas é que para o conjunto de trabalhadores o que vale é o “pacto de fidelidade à causa da greve que envolve a todos que dela participam, não interessando se a liderança é anarquista, socialista, sindicalista, interessa sim que, tendo assumido compromisso com a classe, dela não se afaste, sob pena de ser considerado traidor”. (BILHÃO, 1999, p. 58)

Este impasse nas negociações entre patrões e empregados, leva a imprensa a condenar a greve, mesmo aqueles jornais que davam ampla cobertura ao movimento passam desmotivar os grevistas, contraditoriamente noticiam que alguns estabelecimentos permanecem fechados.

Os operários conformados encerram a greve no dia 21 de outubro, acatam 9 horas diárias de trabalho, com as promessas que serão recebidas sem represálias, mas os trabalhadores são sujeitos a várias humilhações, vários são demitidos e tem anotada em suas cadernetas anotações desabonadora, impedindo novos empregos, entretanto a categoria dos marmoristas não adere ao acordo continuando em greve, conseguindo carga diária de trabalho de oito horas.

Mesmo com o fim da greve foi obtido avanço como carga horária de 9 horas diárias de trabalho, e dos marmoristas que continuaram firmes nas suas reivindicações obtiveram 8 horas.

A autora destaca que o movimento operário da época não tinha uma legislação trabalhista que lhes garantisse o cumprimento da suas conquistas, e que dependia da capacidade de mobilização e pressão de cada categoria, seu número de associados, e o fato de estar ou não ligada a FORGS, ter um jornal e uma boa situação econômica.

A Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS, não consegue articular todas as entidades representativas de trabalhadores em Porto Alegre, menos ainda, do interior do Estado, desde sua fundação existia uma disputa pela direção entidade, esta situação não altera o dia a dia dos operários, mas esta rivalidade contamina relações destas lideranças que organizam o conjunto dos trabalhadores de Porto Alegre.

É, constatado por Isabel Bilhões no decorrer de sua pesquisa que não só de rivalidades vivem as lideranças operárias, existem afetos e solidariedade, daqueles que compartilham as mesmas utopias sociais, a mesma revolta contra o sistema, arriscando-se a pensar, “que seja o cimento que mantém o grupo unido na falta de uma instituição mais permanente, como por exemplo, um partido político”.

Acreditamos que esta base é, no Movimento Operário, a Consciência de Classe, no decorrer de nossa pesquisa, buscaremos exemplificar esta questão, sem é claro perder o foco de nosso trabalho, A Federação Operária do Rio Grande do Sul.

O Início do Movimento

Os primeiros movimentos operários foram organizados por imigrantes, entre eles haviam principalmente alemães, espanhóis, italianos e portugueses, que traziam consigo o sopro revolucionário. A participação de brasileiros no primeiro momento dos movimentos operários foi muito pequena ou quase nula. Porém os imigrantes tinham a idéia de retornar a pátria mãe uma vez que conseguissem melhorar sua situação econômica. Eles foram ao mesmo tempo à força inicial do movimento e uma das causas de seu enfraquecimento.

Não poderemos explicar a pequena participação dos trabalhadores brasileiros nos movimentos operários inteiramente por causa de sua origem agrária, uma vez que os trabalhadores imigrantes foram camponeses em seus países de origem. O fato diferencial entre trabalhadores imigrantes e trabalhadores brasileiros eram, de modo geral, que os primeiros ocupavam cargos qualificados e semi-qualificados, outro diferencial era que, nas comunidades de imigrantes havia homens que participaram de lutas operárias na Europa antes de migrarem. Entre tanto, o operário brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentido de

superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por sua vez, os imigrantes militantes temiam que os brasileiros tomassem seus empregos durante as greves.

Assim acabava havendo um conflito entre os trabalhadores imigrantes, os trabalhadores brasileiros e entre os próprios grupos étnicos, causando uma das maiores limitações do movimento operário brasileiro.

A repressão que o governo impunha ao trabalho era um grande problema, uma vez que forçava a relutância de outros trabalhadores, tanto imigrantes quanto brasileiros, a aderirem aos movimentos. “As greves eram vistas pelas elites sociais e econômicas com rebelião e como tal eram tratadas” (MARAM, 1979).

Na maioria das greves, a força repressora policial teve participação indissimulada contra os trabalhadores, invadindo sindicatos e prendendo todos e qualquer um que fosse considerado agitador.

O poder dos empregadores por si só representava uma força repressora que retardava a organização operária. O constante influxo de imigrantes, provenientes da Europa e do interior brasileiro, em seu desespero de conseguir trabalho para sobreviver, supria os empregadores com uma abundante mão de obra, para os empregos não qualificados ou semiquilificados. Isso lhes permitia demitir os trabalhadores que demonstrassem a menor suspeita de militância.

Embora os sindicatos sofressem com tais problemas, foi no Rio de Janeiro e em São Paulo onde eles tiveram mais força. Entre 1908 e 1912 o movimento operário começa a entrar em declínio, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e no distrito federal, onde o movimento operário nunca tivera grande força, devido ao agravamento dos problemas citados acima, de inúmeras greves que não obtiveram o resultado desejado e de uma onda desenfreada de desemprego no meio urbano que afetou seriamente a classe trabalhadora.

Somente na pequena cidade de Santos a organização operária permaneceu ativa, talvez devido à composição peculiar de sua economia e de seu proletariado.

Nos anos seguintes a 1912 a economia brasileira entra em declínio e entra em profunda depressão com o advento da Primeira Guerra Mundial. O bloqueio britânico trouxe para o Brasil a perda de inúmeros mercados consumidores de café na Europa debilitando o principal motor da economia brasileira, levando fábricas a fecharem e alastrando o desemprego, o movimento operário quase estanca completamente, as únicas greves registradas em 1914 e 1915 foram mais reivindicativas de pagamento de salários atrasados.

Por volta de 1916 a quebra dos antigos padrões nos negócios internacionais começou a funcionar favoravelmente para a indústria brasileira, entrando em um período de prosperidade, do qual o trabalho organizado demorou a aproveitar-se da situação.

Mas o movimento operário logo se recuperou e rapidamente entrou em uma fase mais dinâmica. O Brasil nunca havia presenciado uma onda tão grande de paralisações como a que varreu a nação no ano de 1919. Assim os sindicatos contaram com meios mais eficazes de propaganda e passaram a ter o auxílio de sindicatos mais poderosos e experientes. Parecia que o ano de 1919 plantava as raízes de um poderoso movimento sindicalista que se alastrava em solo brasileiro.

A Questão de Classe

Na decorrência de nosso trabalho os estudos sobre o Movimento Operário no Rio Grande do Sul levantaram uma questão que não poderia deixar de ser abordada na temática histórica: Havia a consciência de classe no movimento operário?

A famosa frase “Proletários de Todos os Países, Uni-vos!” Presente no Manifesto do Partido Comunista obviamente era de conhecimento de muitos dos trabalhadores envolvidos no movimento, como observamos no trecho retirado do texto “Vários Socialismos e um só Verdadeiro Socialismo” presente no Jornal Echo Operário:

(...) depois que o mundo operário principiou a acudir aos milhões a este formidável grito de Karl Marx: “Operários de todo o mundo uni-vos!”; depois que as moléculas dispersas, quero dizer os indivíduos produtores trataram de agregar-se sistematicamente nestas fortes unidades táticas que se chamam associações, e a discutir os seus interesses em assembleias e congressos nacionais e universais; enfim, revelando consciência e impondo-se altivez, não se negando muitas vezes à luta material, combatendo generosamente contra o brutal e feroz inimigo da humanidade – o Capital (...) (Echo Operário. Rio Grande. 23-01-1898, p. 4.)

Este texto demonstra que já no principio da organização dos trabalhadores na luta por seus direitos existia um reconhecimento comum de classe, os operários reconheciam-se como membros do mesmo setor da sociedade, o que é sem dúvida o primeiro passo para a formação da luta operaria.

Já no inicio da Republica havia as Entidades de Socorro Mútuo, que buscavam garantir a seus sócios a assistência mínima em caso de enfermidades e outras impossibilidades para o trabalho. O caráter destas primeiras agremiações era, no entanto, mais social do que político, buscava mais a ajuda ao trabalhador do que a melhoria das condições laborais.

Em outra edição do jornal Echo Operário A. Guedes R. Coutinho, fundador do periódico, demonstra que a maioria da classe não está ligada a luta pela causa operaria, ele escreve em seu texto “As Associações Operarias” o seguinte:

A maioria dos operários, vítimas da sua ignorância, julga que a sua força só está destinada a servir de instrumento à exploração e que a eles só lhes cumpre trabalhar para ganharem dinheiro, fazendo por economizar alguma coisa com que possam também explorar, para assim poderem encontrar o bem estar e felicidade que eles só compreendem no dinheiro. Estes são a maioria. (Echo Operário. Rio Grande. 13-3-1898. p. 1.)

Para mudar este quadro de indiferentismo em que se encontrava a classe, as antigas associações de socorro mútuo foram substituídas por outras de caráter político, baseadas nas idéias socialistas. Dentro destas havia uma grande disputa entre as correntes Socialistas (mais precisamente a Social Democracia) e Anarquistas, em principio a primeira figurava hegemonia na maioria das associações de trabalhadores, como a Liga Operaria Internacional, fundada em 1896 na cidade de Porto Alegre.

No entanto a disputa entre Anarquistas e Socialistas era grande dentro do movimento Operário, os anarquistas (ou libertários) acusavam os socialistas de politiqueros que buscavam, por meio do controle do operariado, um ganho pessoal na política do Estado. Já os Anarquistas eram acusados de desordeiros que pretendiam desarticular o movimento.

No cenário da Imprensa Operária, no ano de 1906 foi fundado, em Porto Alegre, o Jornal Anarquista A Luta, que durante um longo período os socialistas de A Democracia.

Mas, o Ano de 1906 foi marcado pela união do movimento Operário, com dois acontecimentos que são de extrema importância para a história da luta dos trabalhadores no Estado.

O primeiro deles foi a Greve Geral, que contando com mais de 5000 operários que, cruzando seus braços, praticamente pararam Porto Alegre em busca de reivindicações como jornada fixa de 8 horas de trabalho diárias. Sobre a greve o jornal A Luta diz o seguinte:

Os trabalhadores desta capital parece que neste momento tentam sair da inércia em que até hoje têm vivido. Já era tempo de se manifestarem pelas justas reivindicações que fazem eco em todos os centro industriais (...) (A Luta. Porto Alegre, 13-9-1906. p. 2.)

Quanto à greve também tivemos acesso ao que é citado em uma matéria do Correio do Povo sobre o que disse o industriário Alberto Bins em seu discurso no Club Caixeiral na reunião de proprietários de fabricas e construtores:

(...) Disse ele que a questão de hora de trabalho, levantada pelos grevistas, era uma questão muito séria, era uma questão de princípios. Nem na velha Europa onde o partido socialista depois do católico é mais forte ainda não conseguiu impor sua vontade. A ser isso adotado em nossa capital constituiria esse fato uma vitória de tal natureza, que colocaria os patrões na posição de caixeiros de seus operários, que, amanhã se julgariam no direito de fazer novas imposições. (Correio Do Povo. Porto Alegre. 7-10-1906. p. 2.)

Nesta mesma reunião, os burgueses acordaram que deveriam ser adotadas 9 horas de trabalho e não menos do que isso e também se iniciaram as deliberações sobre a criação de uma Associação de Industrialistas. Este fato marca sem dúvida a força que teve a greve geral de 1906 para a luta operaria, a classe burguesa dava-se conta da força do operariado Gaúcho, capaz de se articular, em torno de suas reivindicações, de forma organizada e pacífica e mesmo assim paralisar toda a capital do Estado.

Neste mesmo ano foi criada a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), que foi a mais importante organização dos trabalhadores Gaúchos até 1935, sobre ela iremos discorrer mais detalhadamente adiante.

Do início do movimento Operário rio-grandense até as articulações que levaram a Greve de 1906, foi necessária a união do operário com seus iguais e é neste ponto que nossa problemática, da noção de classe, se faz presente, os pequenos trechos aqui citados da imprensa operária da época e tudo aquilo que foi analisado não deixa dúvidas quanto a esta questão.

A base do Movimento Operário, e de qualquer outro movimento que lute contra o Capitalismo, é a consciência de Classe, capaz de agregar os sujeitos em torno de uma única meta. No caso dos operários, não houve a vitória no que diz respeito à busca por uma sociedade igualitária, esta não temos, no entanto houve importantes vitórias, como a redução da jornada de trabalho para 8 horas, conseguida mesmo em 1906 por vários setores do operariado.

Desde O Manifesto do Partido Comunista, a união dos trabalhadores tem sido temida pela burguesia, que sempre busca qualificar o movimento operário ao longo da história como desorganizado, desordeiro e até mesmo fora da lei simplesmente para manter o *status-quo* de um sistema desigual de acúmulo de capitais.

Sendo assim, a consciência de classe, noção de igualdade entre os trabalhadores para reivindicar aquilo que lhes é espoliado: O próprio fruto de seu trabalho, é o eixo para um movimento como o que foi O Movimento Operário Rio-Grandense nos princípios da República.

A Federação Operária Do Rio Grande Do Sul

As condições que envolviam o trabalho industrial no período de final do século XIX e início do século XX eram das mais precárias. Fábricas em sua maioria que não tinham sequer janelas, jornadas médias de 14 horas por dia, por 6 dias da semana, salários baixíssimos. Não havia indenização por acidentes de trabalho e ao envelhecer o trabalhador não contava com aposentadoria. Grande parte da força de trabalho era constituída por crianças com cinco anos ou menos.

As crianças eram freqüentemente espancadas. Em 1920, 50% dos operários têxteis do país eram formadas por mulheres e crianças com menos de 14 anos de idade. Mais da metade das indústrias brasileiras estavam concentradas no eixo Rio - São Paulo. De um total de 275 000 operários em 1920, 84 000 estavam em São Paulo, 56 000 no Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul vinha em terceiro com 25 000 trabalhadores na indústria. Grande parte destes contingentes era formado por imigrantes europeus.

Foi predominantemente os anarquistas que organizaram os primeiros sindicatos no Brasil e através de sua prática combativa arrancaram conquistas operárias de uma classe dominante acostumada a tratar os trabalhadores como escravos. Com a abolição da escravatura a classe dominante iria promover uma política racista de branqueamento da população incentivando a imigração para o país. O que não contava é que estes imigrantes pobres, principalmente de origem italiana e espanhola traziam na bagagem as experiências de luta em seu país. A classe dominante então tratou de criar o estereótipo do agitador estrangeiro, “flor exótica”, que vinha trazer suas “idéias venenosas” aos trabalhadores brasileiros de “índole pacífica e cordial”. No entanto a ocorrência de greves em cidades como Recife e Salvador, onde a presença imigrante era insignificante vinha a desmentir esta afirmação.

O final do século XIX representou para o Rio Grande do Sul grandes transformações. Entre 1872 e 1890 a população dobrou, as cidades cresceram e tem início um significativo crescimento industrial. As primeiras indústrias vão se localizar nos principais centros urbanos, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, e depois nos núcleos coloniais como Caxias do Sul e São Leopoldo. Da última década do século XIX até os anos 20 temos uma mudança gradativa no perfil estritamente agropecuário do estado para um perfil urbano e industrial.

Até então a organização operária se restringia às associações mutualistas, que serviam para reunir fundos destinados a dar assistência aos trabalhadores em caso de doença ou

velhice, por exemplo. No entanto não eram organizações que reivindicassem esses e outros direitos aos patrões.

Nestes anos a imigração que chega ao Rio Grande do Sul é predominante de origem alemã, cujas posições políticas eram predominantemente ligadas à social-democracia daquele país. Assim vemos as associações operárias desta época, e até a primeira década do século seguinte, com forte influência desta corrente. O seu grande objetivo é que os operários formassem um partido para concorrer com seus candidatos próprios.

Em 1892, pela 1ª vez no Brasil, é realizado o ato de Primeiro de Maio, reunindo a massa operária na Praça da Alfândega em Porto Alegre, impulsionado por anarquistas.

Em 1894 é fundado em Porto Alegre o Grupo dos Homens Livres, que reunia anarquistas na maioria de origem italiana.

Em janeiro de 1897 é organizado o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul¹. Os anarquistas intervêm no Congresso participando como “Grupo Libertário”, que propõe a utilização do método do boicote, que é aceito pelo Congresso.

Em 1905 é fundada a União Operária Internacional, que funcionaria como uma espécie de braço sindical do Grupo dos Homens Livres, reunindo aqueles sindicatos de orientação anarquista. As polêmicas entre anarquistas e sociais-democratas vão se tornando mais acirradas, na medida em que se intensifica a atuação libertária. No primeiro de maio de 1906 em Porto Alegre, enquanto o grupo social-democrata mantém o estilo festivo das comemorações, os anarquistas defendem a promoção de atividades de cunho contestatório.

Neste ano dá-se a fundação do jornal anarquista A Luta, retomando o nome daquele do final do século 19. Tem como editores Polidoro Santos, José Rey Gil (que havia rompido com os reformistas) e Reinaldo Gayer. Este jornal irá travar grandes polêmicas com a social-democracia e seus jornais A Democracia e O Avante, em especial na defesa da organização autônoma dos sindicatos, no afastamento dos trabalhadores da política partidária e na defesa da boicotagem. Por isso os anarquistas e outros simpáticos a essas propostas se definiam muitas vezes simplesmente como sindicalistas.

Ainda neste ano é fundada e mantida pelos anarquistas a Escola Eliseu Reclus, na mesma sede de A Luta (localizada na Rua das Andradas nº 64). Os anarquistas tinham suas divergências com os ditos socialistas também no que tange à educação, pois defendiam uma forma autônoma de educação do operariado e seus filhos, impedindo a intervenção do Estado e da classe patronal nos conteúdos ministrados

Em outubro de 1906 ocorre uma greve generalizada em Porto Alegre, que inicia no dia 1º com a categoria dos marmoristas (cuja direção era anarquista) pelas 8h de trabalho.

Os social-democratas Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco convocam reuniões onde se decide a fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Esta, no entanto, “toma parte (da greve) apenas como elemento decorativo”, segundo o anarquista Polidoro Santos.

A cidade vive momentos de grande agitação. O policiamento é ostensivo, são já cerca de 5000 em greve e os piquetes para impedir os fura-greves são freqüentes. No dia 9 os operários se pronunciam contrários a proposta de 9h diárias proposta pela patronal e mantêm-se em greve. A polícia faz várias prisões. A patronal não consegue ficar muito coesa e alguns são obrigados a ceder frente à força dos operários.

Não havia consenso sobre os rumos da greve no movimento operário. A greve termina oficialmente no dia 21 do mesmo mês.

Os anarquistas criticaram os socialistas por terem influenciado o fim da greve sem que as reivindicações fossem alcançadas. Além disso, denunciavam que, ao contrário do que os jornais pregavam, existiam perseguições contra os grevistas no retorno ao trabalho. A categoria dos marmoristas continuou em greve até a vitória das 8 horas.

No início algumas associações operárias, aquelas de influência anarquista, se recusam a ingressar na FORGS, divergindo da orientação social-democrata, ou “socialista”, como se dizia. Entre eles estão: o Sindicato dos Marmoristas, a União Operária Internacional, o Grêmio de Artes Gráficas e a Escola Eliseu Reclus.

Anarquistas na FORGS

Enquanto os social-democratas se aproximavam cada vez mais do Partido Republicano Riograndense, os anarquistas iam aumentando sua força no movimento operário. Em 1911 o diretor de o Echo do Povo escreve para Borges de Medeiros para changuear um cargo na Assembléia:

a classe proletária também merece ter um representante seu na Assembléia Estadual, que se comprometa a agir dentro das normas do Partido que V. Ex. exemplarmente dirige, e que tem elevado o Estado do RS a esfera dos primeiros da Comunhão Brasileira.

De fato, de 1912 a 1930 a principal figura da social-democracia da época, Francisco Xavier da Costa será Conselheiro Municipal pelo PRR.

Em março de 1911 a chapa dos anarquistas ganha a eleição da diretoria da FORGS, levando a novas adesões à entidade de um lado, e a saída das associações fiéis aos socialistas de outro. É escolhido Lucidio Marinho Prestes presidente, Polidoro Santos, secretário e Carlos Nogueira de Oliveira, tesoureiro. Lucidio Marinho teria aderido ao anarquismo nesta época, tendo anteriormente militado com os socialistas.

O anarquista Polidoro Santos relatou que as entidades não participavam anteriormente porque a FORGS levava uma:

vida quase apagada alimentada por pessoas que tinham mais amor aos seus interesses pessoais que à coletividade operária, e por isso esperavam ocasião azada para por em prática alguma tentativa de bons resultados político.

A FORGS partia para seu período de maior atividade

Publica jornais (A Voz do Trabalhador e Aurora), realiza comícios e excursões de propaganda pelas cidades do interior, estimula a criação de escolas, teatros, bibliotecas e salas de leituras e fornece seu decisivo apoio às lutas dos trabalhadores. As Lutas contra a Carestia Em São Paulo o operariado voltava a um período de agitação com as comemorações do 1º de Maio em 1912 organizadas por anarquistas e socialistas e a agitação promovida pelo Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida, seguindo-se várias greves. No mesmo ano a FORGS também realiza, na Praça Senador Florêncio, um comício para protestar contra a carestia de vida. Encerrando o comício a multidão desfilou pela Rua das Andradas e depois se dirigiu à sede da FORGS.

O governo começava a ensaiar os primeiros passos no seu propósito de domesticar o movimento operário, quando em novembro de 1912 é convocado o “4º Congresso Operário Brasileiro” (não se sabe quais congressos se considerava serem o 2º e o 3º). Idealizado pelo deputado e tenente Mário Hermes e seu pai, o presidente marechal Hermes da Fonseca, o Congresso oferecia aos operários passagem e estadia pagas. O Congresso decide fundar a Confederação Brasileira do Trabalho que não foi além da criação de seus estatutos.

O 2º Congresso Operário Brasileiro (organizado pelo Movimento Operário) Sob intensa campanha contra a lei de expulsão de estrangeiros, o 2º Congresso se realiza nos dias 8 a 13 de setembro de 1913. Este ratifica os pontos aprovados no 1º Congresso e avança a discussão sobre a organização do operariado, aprovando a moção denominada “Mecanismos de Organização Federativa do Operariado”. Entre os muitos “considerandos” que justificam as normas aprovadas, percebe-se o forte conteúdo libertário:

(...) considerando que a evolução histórica se realiza no sentido da liberdade individual; que esta é indispensável para que a liberdade social seja um fato,

que esta liberdade não se perde sindicalizando-os com os demais produtores e, ao contrário se aumenta, pela intensidade e extensão que adquire a potencialidade individual; que o homem é sociável e conseqüentemente, a liberdade de cada um não se limita pela do outro, segundo o conceito burguês; ao contrário, a liberdade de cada um se completa com a liberdade geral (...).

Especialmente nas duas primeiras décadas do século XIX, o movimento operário gaúcho passa a contar com vários instrumentos culturais, educativos e esportivos para a união da classe.

Cultura Operária

Na União Operária de Rio Grande, entre outras atividades, se realizavam peças teatrais de autoria da libertária Agostina Guizzardi desde o ano de 1905. A militância anarquista buscava utilizar o teatro como meio educativo de propagação de ideais, utilizando temas relacionados à luta de classes, valores e costumes, com o fim de atingir o maior número possível de trabalhadores. Apesar dos esforços das associações operárias em fundar escolas e bibliotecas, o acesso aos livros era limitado devido ao analfabetismo, o custo dos livros e a falta de traduções de obras teóricas, assim como à longa duração das jornadas de trabalho.

A busca de uma educação destinada aos operários e seus filhos, livre da ideologia do Estado e da Igreja era também uma preocupação que motivou anarquistas em diversas partes do mundo a criar as Escolas Modernas ou Racionalistas, inspiradas nas idéias defendidas pelo educador espanhol Francisco Ferrer. Com concepções inovadoras, como o ensino laico, a educação mista de meninos e meninas e a ênfase no aprendizado através da prática, as escolas operárias foram uma experiência de grande importância no campo da pedagogia.

Uma das precursoras no Brasil, senão a primeira, é a professora Malvina Tavares. Natural de Encruzilhada do Sul se formou professora em Porto Alegre e foi lecionar no ano de 1899 em São Gabriel da Estrela, distrito de Lajeado, hoje Cruzeiro do Sul, onde estabeleceu sua escola. A sua pedagogia libertadora rendeu bons frutos. Entre seus alunos estavam os irmãos e irmãs Martins: Henrique (que depois adotaria o pseudônimo Cecílio Vilar), Nino, Armando, Espertirina, Eulina, Dulcina e Virgínia, que iriam se tornar ativos militantes anarquistas.

Nos princípios de 1914 é inaugurada no bairro operário de Navegantes a Escola Moderna, para adultos e crianças. Em 1915 é fundado, por Polidoro Santos, Cecílio Vilar, Zenon de Almeida, Djalma Feterman e outros, o Instituto de Educação e Ensino Racionalista. Localizada na Rua Ramiro Barcelos, ficava na então chamada Colônia Africana onde viviam

predominantemente negros e judeus pobres. Esta escola chegou a ter cerca de 400 alunos, de ambos os sexos.

Tais escolas, fundadas e mantidas pelos operários, estavam integradas a todo um ambiente de luta e criação de consciência de classe. Isto pode ser ilustrado através de uma notícia veiculada em maio de 1919 no Correio do Povo, que informa que nas comemorações do 1º de maio a passeata operária parou na frente da Escola Moderna e ali foi saudada por seus alunos e a professora Dorvalina Ribas com o hino Porvir, ao qual os trabalhadores responderam cantando o hino Filhos do Povo.

Muitas outras atividades culturais e educativas foram desenvolvidas. Infelizmente muito do que foi produzido foi destruído pela repressão policial.

Cresce o movimento em Pelotas

Em Pelotas começa a funcionar a partir de 1914 o Centro de Estudos Sociais, que funcionava na sede da Liga Operária e do qual participavam vários militantes anarquistas. Neste fundou-se o Grupo Iconoclasta, que ira reunir e organizar a atuação dos anarquistas. Este grupo seria o responsável pela publicação de "A Luta".

No mesmo ano são fundados o Ateneu Sindicalista Pelotense e o Grupo de Teatro Social 1º de Maio, ambos ligados ao atuante grupo Iconoclasta. No mesmo período também é organizado o Centro Feminino de Estudos Sociais de Pelotas. As Greves de 1917 O ano de 1917 foi tomado por grandes greves em todo o país. A elevação da carestia de vida, crise do trabalho, elevação dos preços, maior exploração do trabalho infantil e feminino são alguns fatores que contribuíam para o aumento da mobilização dos operários.

Conclusão

O Movimento Operário Gaúcho no início da Republica foi sem duvida movido por ideais Socialistas e Anarquistas, que apesar de muitas vezes conflitantes, baseava-se nos antagonismos vividos por aqueles trabalhadores que ao se reconhecerem como membros de uma mesma classe buscavam os seus direitos, utilizando panfletos, jornais e greves para mostrar ao resto da população seus ideais.

A produção intelectual Européia, a cerca do Capitalismo e seus antagonismos, de autores como Carl Marx e Mikhail Bakunin, foi a base principal da ideologia Operária Gaúcha trazida pelos imigrantes vindos como mão-de-obra após o fim da escravidão no Brasil. Esta ideologia buscava uma sociedade mais igualitária.

Como vimos os esforços para conscientizar toda a classe trabalhadora foram muitos, criaram-se escolas e oficinas para a educação de operários e seus filhos buscando, principalmente pelos anarquistas, o desligamento do modelo curricular apresentado pela Elite.

Conscientização e Educação, além das melhorias na qualidade das condições de trabalho, é um legado muito importante deste movimento contestador da realidade Capitalista. Em nossa opinião esta é a base para uma real mudança no sistema econômico e social que vivemos. Nós, como futuros professores de História, olhamos para estes movimentos do passado tentando trazer para nossa realidade a experiência de luta dos operários gaúchos do início do século XX, para com isso constituir a base para a contestação do sistema e a busca de melhorias sociais.

É primordial que professores tenham isso em mente, quando ajudamos na formação de indivíduos, o que realmente queremos? A manutenção do sistema ou a formação de pessoas críticas capazes de pensar e contestar a sua realidade e a do meio social em que vivem. Nós queremos a Segunda.

Por tanto o Movimento Operário Gaúcho, foi um movimento de contestação em busca de melhoria das qualidades de trabalho e da vida dos trabalhadores e seus familiares, vítimas da exploração da indústria brasileira que já nascia gerando seus oprimidos.

Bibliografia

- BILHÃO, Isabel. Rivalidades e Solidariedades No Movimento Operário (Porto Alegre 1906 – 1911). Porto Alegre, EDIPUCRS 1999.
- CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil – 1877/1944, Difusão Editorial S. A., 1979.
- QUEIROZ, César Augusto B. Doutorando UFRGS, nº.5, ano 3, setembro de 2007, ISSN 1808-9895. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br>>.
- DACANAL, José Hildebrando. RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- MARAM, S. Leslie. Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PETERSEN, S. R. F. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PETERSEN, S. R. F.; LUCAS, M. E. Antologia do movimento operário gaúcho 1870-1937. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

